



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 16ª
(DÉCIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DISCUTIR A EMISSÃO DE ALVARÁS NO DISTRITO FEDERAL,
EM 10 DE MARÇO DE 2011**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Dr. Michel e Chico Vigilante

SECRETARIA: Deputado Chico Vigilante

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas

TÉRMINO: 18 horas e 56 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Deputado Agaciel Maia – PTC
- Deputado Aylton Gomes – PR
- Deputado Benedito Domingos – PP
- Deputado Benício Tavares – PMDB
- Deputada Celina Leão – PMN
- Deputado Chico Leite – PT
- Deputado Chico Vigilante – PT
- Deputado Cláudio Abrantes – PPS
- Deputado Cristiano Araújo – PTB
- Deputado Dr. Michel – PSL
- Deputada Eliana Pedrosa – DEM
- Deputado Evandro Garla – PRB
- Deputado Joe Valle – PSB
- Deputada Liliane Roriz – PRTB
- Deputada Luzia de Paula – PPS
- Deputado Olair Francisco – PT do B
- Deputado Patrício – PT
- Deputado Prof. Israel Batista – PDT
- Deputado Raad Massouh – DEM
- Deputada Rejane Pitanga – PT
- Deputado Rôney Nemer – PMDB
- Deputado Washington Mesquita – PSDB
- Deputado Wasny de Roure – PT
- Deputado Wellington Luiz – PSC

ATA SUCINTA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 10 DE MARÇO DE 2011

Revisora: _____ Chefe do Setor: _____ (L/LO/SN)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Dr. Michel):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DE EXPEDIENTES

- **Mensagem nº 41, de 2011**, do Governador do Distrito Federal.
- **Mensagem nº 46, de 2011**, do Governador do Distrito Federal.
- **Mensagem nº 47, de 2011**, do Governador do Distrito Federal.
- **Mensagem nº 48, de 2011**, do Governador do Distrito Federal.
- **Mensagem nº 49, de 2011**, do Governador do Distrito Federal.
- **Projeto de Lei nº 217, de 2011**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Projetos de Lei nºs 218 e 219, de 2011**, de autoria do Deputado Chico Vigilante.
- **Projetos de Decreto Legislativo nºs 18 e 19, de 2011**, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista.
- **Indicação nº 726, de 2011**, de autoria do Deputado Chico Leite.
- **Indicações nºs 727 e 728, de 2011**, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes e outros.
- **Indicação nº 729, de 2011**, de autoria do Deputado Chico Vigilante.
- **Moção nº 20, de 2011**, de autoria do Deputado Evandro Garla.
- **Requerimentos nºs 262 e 263, de 2011**, da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Requerimento nº 264, de 2011**, da Deputada Celina Leão.

Obs.: Os expedientes lidos estão anexos à ata.

2 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Dr. Michel):

- Informa que, de acordo com o Requerimento nº 124, de 2011, do Deputado Chico Vigilante, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para discutir a emissão de alvarás no Distrito Federal.
- Transfere esta comissão geral para o Auditório da Câmara e convida todos os presentes a participarem do evento.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- **DEPUTADO CHICO VIGILANTE**, autor do requerimento e presidente da sessão
- **DEPUTADO DR. MICHEL**, Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
- **DEPUTADO FEDERAL PAULO TADEU**, Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- **DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA**, Presidente da Comissão de Educação e Saúde
- **DEPUTADA LUZIA DE PAULA**, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais
- **DEPUTADO WASNY DE ROURE**, líder do Governo
- **DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**
- **JOSÉ MOACIR DE SOUSA VIEIRA**, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal
- **RENATO ANDRADE DOS SANTOS**, Secretário de Estado do Entorno do Distrito Federal
- **DIRSOMAR FERREIRA CHAVES**, Secretário de Estado do da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte do Distrito Federal
- **ROBERTO WAGNER**, Secretário de Conselho de Governo do Distrito Federal
- **GLEISTON M. DE PAULA**, Diretor-Geral da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – Agefis
- **LEANDRO ZANNONI**, Procurador-Geral adjunto da Procuradoria Geral do Distrito Federal
- **DANIELLE BASTOS MOREIRA**, Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal
- **JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO**, representante do presidente da Fecomércio-DF, Adelmir Santana

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO CHICO VIGILANTE, presidente da sessão

- Destaca a relevância do tema em discussão.
- Cita os dispositivos legais que regiam a concessão de alvarás, mas que foram questionados na Justiça.
- Considera o desenvolvimento da iniciativa privada uma prioridade para a sobrevivência econômica do Distrito Federal.
- Cumprimenta as autoridades presentes.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

- Coloca-se como empresário e sustenta que é necessário desburocratizar a legalização da atividade comercial em prol do desenvolvimento do DF.
- Defende parceria entre a Agefis, as empresas e os administradores para garantir a legalização dos estabelecimentos comerciais no DF.
- Ressalta a importância desta comissão geral e parabeniza os Deputados Chico Vigilante, Wasny de Roure e Rejane Pitanga pela iniciativa.
- Exprime o desejo de mudar a visão dos jovens brasileiros que sonham com um emprego público de modo a fazê-los ver as vantagens da iniciativa privada.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO WASNY DE ROURE, líder do Governo

- Afirma que o problema é antigo e que muitos empresários já sofreram cobrança de *propina* para receberem alvarás de funcionamento.
- Lamenta que o caos da crise política vivida no DF tenha motivado o fechamento de vários estabelecimentos comerciais.
- Entende que a matéria deva ser tratada em conjunto pelo Legislativo, Judiciário e Ministério Público para garantir a efetividade e a constitucionalidade da lei que venha a regulamentar a concessão de alvarás.

DEPUTADO CHICO LEITE

- Declara que o atual Governo se pauta pela ética e pretende resolver este assunto sem criar falsas expectativas na população.
- Defende edição de normas de uso e ocupação do solo que confirmem um padrão de vida urbano mais dinâmico.
- Ressalta ser necessário desenvolver atividades que resgatem a W3 do ostracismo.
- Entende que se deve romper com regras de uso exclusivo.
- Propõe que seja constituída uma comissão para discutir o tema com representantes do Governo, da Câmara, do Judiciário e dos setores econômicos envolvidos.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA

- Lembra as dificuldades que encontrou no início de sua atividade como empresário.
- Ressalta a importância desta comissão geral e manifesta seu apoio ao projeto de lei que trata da regulamentação dos estabelecimentos comerciais.
- Sustenta que o projeto de lei a ser encaminhado à Casa deve dar tratamento adequado aos templos religiosos.

DEPUTADO JOE VALLE

- Enaltece a atenção com que o Governo tem tratado o setor produtivo e comunica que, no próximo dia 17, o Conselho da Terracap aprovará a regularização das terras rurais do DF.
- Destaca a importância do trabalho conjunto dos parlamentares, dos administradores públicos, dos membros do Ministério Público e do Judiciário e dos empresários a fim de alcançar soluções efetivas para a regularização da atividade comercial no DF.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADA ELIANA PEDROSA

- Afirma estar pronta a aprovar o projeto relativo aos alvarás tão logo o Governo o encaminhe à Casa.
- Exige bom senso das autoridades no trato da matéria enquanto o projeto de lei não for aprovado.
- Entende que o poder público, após anos de omissão, não deva responsabilizar apenas o empresário pela situação de irregularidade consolidada.
- Pede agilidade ao Governo na apresentação do projeto de lei que regulamenta a concessão de alvarás no DF.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS

- Declara concordar com a Deputada Eliana Pedrosa e reafirma que a lei não é estática, tampouco deve ser aplicada friamente.
- Exemplifica com situações em que comerciantes do DF se viram frente a dificuldades devido a falta ou a vencimento de alvará.
- Expressa sua confiança no governo Agnelo Queiroz.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA

- Comenta o fechamento de vários estabelecimentos comerciais nos Condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente.
- Manifesta apoio à regularização dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal, que considera sustentarem o desenvolvimento econômico da cidade.

DEPUTADA REJANE PITANGA

- Ressalta a importância desta comissão geral e observa que o problema que se estende por anos só será solucionado se discutido por todos os segmentos envolvidos.
- Considera que este debate contribuirá para diminuir a desigualdade do Distrito Federal, gerando emprego e riqueza.
- Declara o apoio da Bancada do PT para discutir medidas em prol do desenvolvimento econômico do Distrito Federal e acrescenta que esta discussão faz parte do processo de reconstrução da cidade.

JOSÉ ORNELAS DE SOUZA FILHO, representante do presidente da Fecomércio – DF, Adelmir Santana

- Observa que a Fecomércio contribui com cerca de 80% do PIB do Distrito Federal.
- Defende alterações no PDOT a fim de viabilizar uma solução definitiva para a regularização dos estabelecimentos comerciais do DF.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DANIELLE BASTOS MOREIRA, Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal

- Afirma que os comerciantes do Distrito Federal atualmente são alvo dos bandidos, das legislações trabalhista e tributária e dos advogados, já que muitos empresários só conseguem se manter em atividade por decisões judiciais liminares.
- Ressalta a complexidade da situação atual.
- Aborda a imensa evasão de divisas do DF para o Estado do Goiás, que tem aberto a porta para empreendedores, enquanto no DF o empresário não consegue trabalhar.
- Comenta que o DF não se restringe à Esplanada dos Ministérios e aos concursos públicos, e observa que o empreendedorismo representa cerca de 85% de tudo que é arrecadado no Distrito Federal.
- Convida o Ministério Público para participar das discussões.
- Apresenta propostas ao projeto de lei a ser apresentado pelo GDF.

DEPUTADO FEDERAL PAULO TADEU, Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal

- Pondera que a insegurança jurídica presente no Distrito Federal inibe os empreendedores de investir em nossa cidade.
- Afirma que a decisão da Justiça sobre a constitucionalidade ou não da lei vigente que regulamenta as licenças de funcionamento deve preceder a elaboração de nova lei.
- Declara que o GDF deseja ver declarada a constitucionalidade da lei que rege a licença de funcionamento no Distrito Federal.
- Observa que a atual realidade jurídica desampara cerca de 40 mil estabelecimentos comerciais no Distrito Federal.
- Aponta a falta de regulamentação fundiária como mais uma dificuldade encontrada por comerciantes em várias regiões administrativas do DF.
- Apresenta o objetivo do Governo Agnelo Queiroz em viabilizar a regularização do micro e pequeno empresário em até 48 horas após a entrega da documentação exigida por lei.
- Ressalta que o problema não se limita a empresários, mas que também afeta instituições filantrópicas, por exemplo.
- Entende que o desenvolvimento econômico diminuirá o índice de desemprego no DF, que está entre os maiores do País.
- Cita medidas desburocratizantes adotadas por outros Estados, como a extinção da carta *habite-se* e a adoção apenas dos laudos técnicos pelo Governo de São Paulo.
- Sustenta que o desenvolvimento econômico do DF deve se dar de forma planejada.
- Apresenta a intenção do Governo em integrar o Ministério Público e o Judiciário nesta discussão.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Manifesta apoio à aprovação do projeto de lei da micro e pequena empresa que já tramita na Câmara Legislativa.
- Parabeniza os deputados que tiveram a iniciativa de promover esta comissão geral.

DEPUTADO DR. MICHEL

- Desaprova o fechamento de estabelecimentos comerciais por falta de alvarás e salienta a importância do comércio para a produção de empregos no DF.
- Solidariza-se com os comerciantes e revela disposição em contribuir para a regularização das empresas.
- Expõe os inconvenientes da insegurança jurídica enfrentada pelos empresários.
- Assevera que o governo solucionará o problema mediante parceria com o Legislativo e a comunidade, conforme compromisso firmado pelo Secretário Paulo Tadeu.
- Parabeniza o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa desta comissão geral.

LEANDRO ZANNONI, Procurador-Geral adjunto da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF

- Refere-se à importância da participação da Procuradoria Geral do DF no debate em curso e informa que o órgão fornecerá subsídio jurídico para a defesa da lei distrital relativa ao tema, atualmente *sub judice*.
- Esclarece que a PGDF é favorável à elaboração de um planejamento urbano permanente para o DF e sugere atenção quanto à constitucionalidade de novas leis que vierem a ser editadas pela CLDF.
- Enfatiza a necessidade de participação dos setores produtivos e de organizações não governamentais no debate acerca do conteúdo da lei aprovada.
- Reitera o apoio da PGDF à regularização definitiva dos estabelecimentos comerciais, necessária à segurança jurídica do empresariado.

CLEMILTON SARAIVA, Presidente da Associação Comercial da Ceilândia

- Classifica de protelatória a proposta do Secretário Paulo Tadeu de aguardar a decisão judicial relativa aos alvarás.
- Avalia que os comerciantes não podem aguardar a manifestação do Judiciário em vista do risco de serem penalizados pela Agefis nesse ínterim.
- Chama a atenção para o agravamento das dificuldades ocasionadas pela cobrança de alvarás aos comerciantes de Ceilândia.
- Sugere que o Governador Agnelo Queiroz exerça sua influência na questão dos alvarás e propõe o estudo de medidas para sensibilizar o Judiciário acerca da urgência do tema.
- Alerta quanto ao risco da transferência de empresas locais para Goiás em decorrência da insegurança jurídica existente no DF.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LUIZ RIBEIRO, Presidente da União dos Quiosques, Similares e *Trailers* do Distrito Federal – Unitrailer

– Desaprova o descumprimento, pelo governo, da legislação aprovada pela Câmara Legislativa referente aos alvarás, bem como de liminar judicial favorável aos quiosqueiros.

– Parabeniza a Coordenadoria de Serviço Público pelo esforço para a concessão de permissões de uso aos quiosqueiros do DF.

– Transfere ao Deputado Chico Vigilante, para distribuição aos parlamentares, cópia de duas decisões judiciais: uma que determina a exclusão de membros da Unitrailer do cadastro da dívida ativa e outra que dispõe sobre a regularização dos quiosqueiros do DF.

FRANCISCO EVANDRO XIMENES MENEZES, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Planaltina

– Discorre acerca das dificuldades crescentes enfrentadas pelos comerciantes de Planaltina nos últimos anos.

– Enfatiza a necessidade de criação, pelo Estado, de mecanismos para a regularização dos comerciantes que não dispõem de alvarás.

GILVAN OLIVEIRA, Chefe de Licenciamento de Atividades Econômicas de Planaltina

– Testemunha o sofrimento a que estão submetidos os comerciantes de Planaltina afetados pela exigência de alvarás, taxações e multas.

– Acentua que a concessão de alvarás para o comércio é mais célere em Goiás.

– Solicita aos deputados Cláudio Abrantes e Chico Vigilante auxílio para a solução dos problemas enfrentados pelos comerciantes.

ELIAS CAVALCANTE MENDES, Presidente da Associação Comercial da Estrutural

– Questiona o GDF por não haver concedido alvarás de funcionamento para as empresas com inscrição regular no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

– Lembra que o encerramento do comércio às 22 horas, determinado por lei aprovada pela CLDF, tem acarretado aumento do desemprego no DF.

– Lamenta o fechamento do comércio na Região Administrativa da Estrutural, que foi ocasionado pela ausência de alvarás, e critica a Agefis por atuar sobre as empresas com documentação antes das demais.

– Reivindica a adoção de medidas de curto prazo para a resolução do problema enfrentado pelos comerciantes.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SANDRO VIEIRA, assessor parlamentar da Deputada Celina Leão

– Descreve a iniciativa da Deputada Celina Leão em resposta às reivindicações apresentadas pelos comerciantes.

– Esclarece que não foi julgado inconstitucional o art. 10 da lei distrital em debate, que regulamenta a Lei da Microempresa no DF, e informa que a assessoria jurídica da Deputada Celina Leão estuda proposta a ser enviada ao Governo para que os alvarás de funcionamento sejam concedidos aos comerciantes com base nesse dispositivo.

– Assinala que a demora do Judiciário no julgamento do tema acarretará a falência dos empresários.

– Sugere ao Governo alternativas para solução mais imediata do problema: a expedição de alvarás com fundamento na Lei Complementar nº 123, de 2006, e a implantação de um código de posturas no DF.

– Reivindica do Governo que elabore, com o Ministério Público, um termo de ajustamento de conduta – TAC que autorize o funcionamento do comércio enquanto não ocorrer a solução definitiva do problema.

– Reitera que as propostas da Deputada Celina Leão para o tema em debate consistem na elaboração de um TAC, na regulamentação da Lei Complementar nº 123/2006 e na concessão urgente dos alvarás aos comerciantes.

EUCLIDES FERREIRA FILHO, coordenador da Associação Comercial e Industrial de Samambaia

– Alude às dificuldades enfrentadas pelos empresários de Samambaia para a defesa de suas reivindicações na CLDF e responsabiliza a Agefis e o Ministério Público pelo fechamento de empresas.

– Pleiteia respeito aos comerciantes por sua honestidade e importância na geração de empregos em Brasília

– Pede transparência ao atual governo e reivindica medidas efetivas em benefício dos comerciantes de Samambaia, uma vez que estes sofrem maior perseguição dos fiscais.

– Enfatiza a responsabilidade dos parlamentares e do Governador na formulação de soluções para o problema enfrentado pelos comerciantes e reivindica maior transparência da Câmara Legislativa.

– Solicita a inclusão de seu nome na comissão que será constituída para tratar do tema.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

VALDEMIR HASS, Presidente da Associação Comercial e Industrial do Núcleo Bandeirante

- Parabeniza os integrantes da mesa e exalta os comerciantes que compareceram ao debate.
- Realça a agonia dos empresários prejudicados com o cancelamento dos alvarás de funcionamento e adverte que a recusa na concessão do documento a grande número de comerciantes acarretará o cancelamento no DF do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.
- Solicita auxílio dos parlamentares e do Secretário de Desenvolvimento Econômico para a recuperação do Pró-DF.
- Reclama solução urgente para os problemas apontados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE, presidente da sessão

- Expõe a existência de críticas à Agefis e reivindica do Ministério Público do DF e Territórios atuação adequada às peculiaridades do DF.
- Atribui ao governo a culpa pela situação de ilegalidade em que se encontram os moradores de Riacho Fundo II e informa que requereu ao Procurador-Geral do DF o estudo de medidas para a regularização dessa área.
- Adverte que a retirada das ocupações irregulares dos condomínios Sol Nascente e Pôr do Sol, em Ceilândia, acarretaria aumento dos índices de violência no DF.
- Argumenta que o Estado, embora não possa tolerar ilegalidades, tampouco deve oprimir o desenvolvimento ou tratar os comerciantes como traficantes de drogas.

GLEISTON M. DE PAULA, Diretor-Geral da Agefis

- Lamenta a situação de ilegalidade que prejudica os comerciantes e resulta em crise socioeconômica no DF.
- Expõe o empenho da Agefis na tentativa de equacionar o problema dos alvarás e enaltece a união dos órgãos governamentais, da comunidade e das entidades representativas do comércio para a formulação de soluções.
- Esclarece que a Agefis não pode faltar ao seu dever legal de fiscalizar.
- Pondera que a orientação de respeito aos cidadãos imposta aos agentes da Agefis não afasta por completo o risco de truculência na execução das ações administrativas.
- Apresenta a disposição do Governo em dialogar com os envolvidos para a solução definitiva do problema debatido.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

FRANCISCO MACHADO, responsável pela Coordenadoria das Cidades

– Registra a importância do debate em curso e enfatiza a necessidade da integração de esforços dos Poderes Executivo e Legislativo, dos comerciantes e da sociedade para a superação dos entraves à concessão dos alvarás.

– Revela que a tática adotada pelo Governo consiste na tentativa de derrubar a ação de inconstitucionalidade promovida pelo Ministério Público contra a lei distrital mencionada e discorda dos que atribuem caráter procrastinatório a essa tática.

– Anuncia que foi constituído grupo de trabalho incumbido de estudar soluções para o problema dos alvarás e informa que a coordenação jurídica do Governo apresentou ao Ministério Público argumentos contrários à ação de inconstitucionalidade ora em curso.

– Sustenta que, embora seja necessária a reformulação da Lei nº 4.457/2009, a derrubada da ação de inconstitucionalidade constitui medida mais célere com vistas à solução do problema dos alvarás.

– Reitera o propósito do Governo de resolver as dificuldades e salienta que a atual gestão não é responsável pelo impasse ocasionado pela ação direta de inconstitucionalidade.

– Requer dos comerciantes que confiem no Governo e exorta a categoria a unir esforços.

DIRSOMAR FERREIRA CHAVES, Secretário de Estado da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte do Distrito Federal

– Expõe o esforço do Governo na busca de soluções para os problemas da cidade e testemunha o empenho dos parlamentares em contribuir para o atendimento dos comerciantes.

– Discorre acerca da importância das micro e pequenas empresas na geração de empregos no DF.

– Parabeniza as entidades representativas do comércio por sua atuação e registra a presença do setor na formulação de políticas públicas locais.

– Menciona ações governamentais complementares à concessão dos alvarás: regularização fundiária que autoriza o funcionamento de micro e pequenas empresas instaladas em áreas irregulares ou com regulamentação precária e a expansão de programas de incentivo aos empresários, como o Refaz e o Pró-DF.

JOÃO DO VIOLÃO, Presidente da Associação Comercial Empresarial e Industrial do Paranoá

– Sugere que, na próxima comissão geral, o público se pronuncie antes dos Deputados.

– Observa que diariamente a Agefis fecha inúmeros estabelecimentos comerciais no Paranoá, segundo maior produtor de grãos do DF.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Reivindica do Governador do DF e do Administrador Regional do Paranoá diálogo com a Associação Comercial.
- Critica o GDF pela omissão diante do Paranoá.
- Parabeniza a Dra. Danielle Moreira pela eloquência em seu pronunciamento.

FRANCISCO DE ASSIS, presidente da Associação Comercial e Industrial de Samambaia

- Salaria que apenas 8% dos comerciantes de Samambaia têm *habite-se*, e pede providências relativas a esse fato.
- Solicita à Secretaria de Desenvolvimento Econômico que viabilize lotes para pequenos empresários em Samambaia através do Pró-DF, diante da dificuldade de compra de terrenos diretamente com a Terracap.

LÚCIA OTONI, diretora da Associação dos Comerciantes da Asa Norte e da Asa Sul

- Pondera que, após ser regularizada a concessão de alvarás comerciais, persistirá no Plano Piloto o problema dos *puxadinhos*.
- Pede o apoio dos Deputados e lembra o compromisso assumido pelo então candidato ao Governo do DF, Agnelo Queiroz, na regularização dos *puxadinhos* de Brasília.

JOSÉ MOACIR DE SOUSA VIEIRA, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

- Comenta a repercussão negativa no desenvolvimento econômico a insegurança jurídica das leis no DF.
- Cita exemplos de perda de arrecadação conseqüências do questionamento de constitucionalidade de leis distritais.
- Comunica a intenção do Governo em se reunir com todas as associações comerciais do Distrito Federal, trabalhando junto com o setor produtivo.
- Coloca a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal à disposição dos empresários.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE, presidente da sessão

- Aponta a falta de alvará e a *propina* como os maiores obstáculos para a atividade comercial no Distrito Federal.
- Avalia que, em alguns casos, a situação do empresário é pior do que a do empregado.
- Enfatiza a relevância social da atividade empresarial ao movimentar a economia e criar empregos.
- Destaca a importância da participação de representantes do setor econômico e do setor produtivo no grupo de trabalho que será constituído por integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Apoia a realização das reuniões anunciadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico com as associações comerciais.
- Afirma que a nova direção do BRB está voltada para o desenvolvimento.
- Garante que cobrará medidas efetivas do Governo do qual faz parte.
- Entende que o Governador Agnelo Queiroz tem que liderar esse processo de regularização e levar as demandas da sociedade às autoridades do TJDF.
- Agradece a presença de todos.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Chico Vigilante):

- Agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro-Secretário

Documentos lidos na 16ª Sessão Ordinária, em 10 de março de 2011

*Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 60-Suplemento, de 1/4/2011, onde consta a íntegra dos expedientes lidos na sessão.*

ATA SUCINTA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 10 DE MARÇO DE 2011

Revisora: _____ Chefe do Setor: _____ (L/LO/SN)

Última atualização: \\europa\setas\atas (diversos)\internet\2011\internet ordinária\atas sucintas\ataor016cg de 10-03-2011.docx (07/4/2011

14:52) maria.souza